

*DO NÚMERO AO NOME
DO CASO À PESSOA
DA SOLIDÃO À PARTILHA*
dimensões múltiplas e interativas na prática da pesquisa¹

Carlos Rodrigues Brandão



***Este escrito foi originalmente
um capítulo de livro
ou um artigo publicado ou utilizado
para aulas e palestras.
Nesta versão “nas nuvens”
ele pode ser livre
e gratuitamente acessado
para ser lido ou utilizado
de alguma outra maneira.
Livros e outros escritos meus
podem de igual maneira
ser acessados livremente em
www.apartilhadavida.com.br
ou em
www.sitiodarosadosventos.com.br
LIVRO LIVRE***

¹ Este escrito é um capítulo de meu livro *A Pergunta a várias mãos*, da Editora Cortez, de São Paulo

Tens a medida do imenso?

Contas o infinito?

...

Tens a medida do sonho?

Tens o número do tempo.

...

Sabes ainda meu nome?

Hilda Hilst

Cantares

Sobre alguns caminhos percorridos até aqui

Quero começar estas anotações sobre experiências com a pesquisa, pensadas e vividas junto a pessoas dedicadas à educação no Rio Grande do Sul com algumas lembranças e algumas confissões. Sobre o assunto que nos reúne aqui, devo dizer que desde o começo me vi às voltas com alguns dilemas. Cedo descobri que não eram apenas meus. E hoje descobro que eles não estão serenamente resolvidos dentro de mim e nem quando olho á minha volta. Pois vejo que também não estão até agora decifrados e resolvidos nas comunidades de pensamento e de trabalho que são também as minhas. Partilhamos de algumas diversas e mesmas dúvidas. Conversamos muito a respeito e buscamos juntos não tanto soluções definitivas – pois elas não existem – mas pelo menos perguntas mais críticas e mais sábias, em busca de respostas mais claras e mais inteligentes. Às vezes, depois de tantos estudos, tantas leituras, tantos encontros e desencontros, parece mesmo que andamos em busca de respostas difíceis de serem perguntadas.

E é com os meus-nossos dilemas que desejo iniciar este diálogo sobre questões, modelos e experiências da *pesquisa científica*, da *participação da pesquisa* e da *pesquisa participante*.

Logo a seguir quem me leia verá que não tenho certezas bem fundadas sobre qualquer questão tratada aqui. Não tenho, menos ainda, fórmulas prontas e sugestões de métodos infalíveis de trabalho. Não me afiliei a teoria científica alguma que possa julgar excelente, exclusiva ou “a melhor de todas”. Não acredito nisto e tal como pessoas que vão de Paulo Freire a Humberto Maturana, estou com o coração e a cabeça abertos a qualquer novo olhar, sentimento, idéia, teoria ou sistema de pensamento. Trago aqui apenas algumas reflexões sobre experiências partilhadas. Se em algum dos escritos que nos esperam, caso você aceite caminhar comigo a aventura das páginas seguintes, eu tomar o ar de quem oferece receitas infalíveis sobre métodos inquestionáveis, desconfie de mim. Mas me acredite quando eu refletir com você as dúvidas que partilho com as pessoas e as idéias em que eu creio.

Neutralidade ou subjetividade: um primeiro dilema

Lembro haver escrito em algum lugar que iniciei o meu envolvimento com isto a que damos nomes como “pesquisa”, “pesquisa científica”, “investigação experimental”, “pesquisa social” em situações diversas e de algum modo contrárias. Por exemplo, comecei o meu aprendizado dentro da universidade, já em 1962, no curso de Formação de Psicólogos da *Universidade Católica do Rio de Janeiro*. Mas logo a seguir, já em fins de 1963 ingressei no *Movimento de Educação de Base*, um dos então “movimentos de cultura popular” dos difíceis e inesquecíveis “anos sessenta”. Não apenas a respeito de teorias e de procedimentos de pesquisa aprendi muito em um lugar e no outro.

No meu curso universitário comecei a aprender que a pesquisa científica era uma rara tarefa humana pautada pela objetividade, pela neutralidade e pelo rigor. Tanto as ciências como a nossa – aos olhos de alguns professores e autores de livros que líamos então, uma ciência do comportamento, mais do que da pessoa humana – quanto qualquer investigação confiável realizada em seu nome, deveriam pairar acima do tecido polêmico das visões de mundo e das ideologias, dos projetos sociais e políticos, dos sonhos ou das fantasias utopias que então floresciam entre nós, jovens estudantes. Seus fundamentos assim como as suas finalidades deviam ser universais e deviam configurar um campo próprio, o “científico” e, se possível, rigorosamente inquestionável de conhecimentos a respeito de seus restritos temas de estudo: o comportamento da pessoa humana, a estrutura e o funcionamento da sociedade, os processos sociais da cultura.

Aprendi no *Movimento de Educação de Base* e, depois, junto aos *movimentos sociais populares* que não é nada disso. Ou se é, não é bem assim. Antes de haver lido Robert Kuhn e Pierre Bourdieu (eles só me viriam vários anos mais tarde), comecei a aprender, entre a teoria dos estudos e as experiências da vida, que de maneira muito semelhante ao que acontece em outros sistemas de sentido, como a filosofia, a religião, a arte e a política, também a ciência parte escolhas. Também ela pensa sempre desde um lugar social de valor político. Também ela estabelece as supostas verdades que objetivamente pretende descobrir e consagrar a respeito da pessoa humana, da vida e do universo, sobre os fundamentos de valores prévios e em nome de propósitos que podem ir da contribuição da física à felicidade humana e à paz mundial, a uma bomba destruidora jogada sobre duas adormecidas cidades do Japão. Quando isto aconteceu, eu tinha cinco anos de idade. Depois de matar mais de cinquenta milhões de crianças, mulheres e homens, uma guerra estava acabando. Outras iriam começar um pouco adiante. Porque? Em nome do que? De quem? Até quando? Alguém de um país perdedor (mas houve vencedores nela?) chamado Theodor Adorno, escreveu então isto sobre a educação:

A exigência de que Auschwitz não se repita é a primeira tarefa de todas da educação. De tal modo ela precede quaisquer outras que creio nem ser possível nem necessário justificá-la. Não consigo entender como até hoje mereceu tão pouca atenção².

² Está na página 119 de ***educação e emancipação***, no artigo com o nome: *educação após Auschwitz*, editado pela Paz e Terra, do Rio de Janeiro, em 2000.

Aprendi que o desenvolvimento científico de conhecimentos a respeito da identidade, da inteligência, da aprendizagem e das emoções de pessoas como você ou eu, poderia estar fundado em um persistente desejo de decifração de quem somos e de porque e como somos, para a partir daí pouco a pouco contribuir a criar aquilo que nos possa fazer, e aos outros que virão, pessoas mais sábias, mais amorosas e mais equilibradamente fecundas e felizes. Ou, ao contrário, a contribuição da psicologia poderia servir a induzir pessoas a serem não como sonham ser, mas como uma propaganda perversa as condicionaria a sonhar e a desejar. Poderia servir a estabelecer o receituário do controle das mentes e dos corações. Na verdade talvez fosse bem mais frágil e pequena a linha de fronteira entre o que a ciência pode aportar como a sua parte no esforço para construirmos juntos o “mundo justo e livre, solidário, fraterno e igualitário” em nome do qual vivíamos intensamente – os estudantes militantes de então – a maior parte de cada dia daqueles anos, e o “admirável mundo novo” de que os acontecimentos no Brasil a partir de abril de 1964 deram uma pálida e boa imagem.

Aprendi uma lição nunca esquecida. Aprendi que se alguns resultados e usos do trabalho científico foram e seguem sendo empregados para fabricar os armamentos, argumentos e os conhecimentos de uma Terra e de nações e sociedades regidas pela expropriação (a da natureza e a entre pessoas), pela apropriação, posse e uso desiguais dos bens do planeta e dos serviços e sentidos de vida com que pessoas como nós criam os seus mundos, nem sempre e nem para sempre deveria ser assim. Se muitos projetos científicos embutem e ocultam uma vocação ideológica uma intenção e uma intenção política de controle, de domínio de territórios e vidas e de mentes humanas, outros projetos de pesquisa científica poderiam tomar uma direção diversa. Poderiam partir de uma declaração clara e honesta de seus fundamentos e de seus propósitos, não apenas epistemológicos, mas também políticos e sociais. Poderiam começar o seu trabalho pela própria crítica dos modelos de fazer ciência que eles consideram como inadequados ou mesmo perversos. Poderiam inverter relações de domínio através do saber e criar cenários crescentes de diálogo entre as pessoas e entre as pessoas e a natureza através, também, do conhecimento científico e de suas aplicações tecnológicas.

Esta foi uma primeira diversidade de visões a respeito da missão da ciência e da pesquisa científica que eu vivi e, um pouco mais seguro, mas não tanto, vivo até hoje. Em minhas aulas e nas orientações a estudantes e grupos de investigadores sociais defendo o saber científico sem tréguas. Falo dele como uma fração importante daquilo que em algum momento da evolução da vida nos fé seres humanos. Falo dele como um saber importante e inevitável, entre outros. Entre outros sistemas culturais de criar perguntas e buscar respostas, como: os das tradições populares contidas nas várias etnociências de povos que vão de indígenas lanomâmi aos pescadores patrimoniais de São José do Norte; os das filosofias e visões sistemáticas de mundo de outros povos, como os do Oriente; os dos sistemas de crenças religiosas ou espirituais, quaisquer que sejam; os das artes e dos ofícios sábios dos incontáveis artesãos de todos os povos do Mundo.

Falo a respeito da ciência e, de maneira especial, das ciências humanas (como a psicologia, a psicanálise, a semiologia e a pedagogia) e das ciências sociais que me são mais próximas (como a antropologia, a sociologia, a ciência política, a demografia, a história, a lingüística e a economia,

entre outras), como alguém que as pratica há muitos anos porque acredita na direção de seus motivos e no imenso valor de suas dúvidas e descobertas. Defendo uma motivação tão pura e justa quanto possível. E sempre é possível um pouco mais. Defendo uma atitude séria, competente, honesta e rigorosa em todos os momentos de uma pesquisa, qualquer que seja a sua dimensão. Qualquer que seja a sua duração e qualquer que sejam as suas intenções (um aporte a um trabalho comunitário, um artigo científico, uma dissertação de mestrado e ou uma tese de doutorado).

Mas não acredito inteiramente que, em nome disto, devemos desconfiar de nós mesmos e antepor entre nós e os outros, todo um aparato experimental e objetivante nem sempre necessário. Desconfio de uma objetividade em si mesma “neutra” e impessoal. Aprendi com a prática da vida o que vários anos depois vim a ler em livros de teoria científica e de biografia de grandes pesquisadores. Primeiro cientistas da matéria/energia e da vida, como Einstein, Heilberg, Prigogine e Maturana me disseram que entre o astro e o telescópio e entre o vírus e a microscópio estão cientistas, isto é, estão pessoas treinadas para o que fazem, mas pessoas. Seres humanos que são olhos e áreas cerebrais únicas de percepção do que é visto. O telescópio multiplica o olhar, mas ainda é um olho humano quem vê o que olha. Os números e as teorias dão um chão seguro à compreensão do que é visto ou experimentado através de instrumentos, mas é uma mente humana quem dá um sentido ao que o olho descobre ou a imaginação inventa quando constrói uma interpretação objetivamente pessoal ao que a pessoa pensa. É uma mente humana quem pensa, mas um coração a dirige.

Tudo está ligado a tudo e tudo o que em um plano da vida parece separado, em um outro, mais profundo, mais compreensível, está unido. As oposições com que a ciência moderna trabalha não conduzem a integrações posteriores. Não nos têm levado a uma percepção mais completa, mais verdadeira e mais totalizadora de qualquer coisa que tenha se constituído como um “objeto de pesquisa”. Ao contrário, uma vez estabelecida a lógica de uma teoria científica que opera por disjunções do “real” a que ela se dedica, ela tenderá a fracioná-lo cada vez mais. A dividir em partes uma unidade antecedente e a progressivamente sub-dividir as partes em partes até o ponto em que não apenas o todo original se perde de vista, mas até mesmo a unidade de cada parte fracionada. A maneira como até hoje as várias “psicologias” são escalonadas em um curso qualquer de formação de educadores é bem uma mostra disto. Terminado o curso, o que foi feito da criança, onde está o adolescente, de que maneira compreender a pessoa inteira, íntegra, e harmoniosamente plena e total, quando da criança, do adolescente e de suas pessoas restaram fragmentos de: “comportamento”, de “inteligência”, de “motivação”, de “aprendizagem”? Só percebo o que importa, isto é: planos totais de seres em conexões com campos e sistemas totalizantes de interações, como a inteireza de uma criança em relação com a integridade de seu mundo de cultura e de vida social cotidiana, quando parto de um olhar-o-real resistente a tudo o que me separa e desigualo daquilo que eu desejo não tanto analisar objetivamente, mas compreender interativamente.

Depois, os cientistas e pensadores que lembrei aqui, e tantos outros, me ensinaram que a mente e o coração do cientista pensam e sentem idéias e emoções pessoais e aprendidas. Pensam idéias e sentem imagens solidariamente partilhadas em alguma cultura presente e ao mesmo tempo estável e mutante em um momento da história de uma sociedade. Pensam o que partilham com uma “comunidade científica” às vezes aberta ao saber dos outros, às vezes tão fechadas como uma

pequena confraria religiosa que os cientistas sociais gostam de chamar de “fundamentalista”. E também sentem e pensam saberes não científicos, crenças religiosas, valores éticos e espirituais. Refletem dentro de, ou em luta com ou contra ideologias políticas. Sistemas com que podemos comungar em maior ou menor grau, contendo críticas do presente e projetos de futuro. Toda a ciência pensa desde um lugar ao mesmo tempo geográfico (o Brasil), geopolítico (o Terceiro Mundo) e social (uma casta, uma classe, uma confraria, uma comunidade de trabalho e de pensamento). Vou retornar a este ponto adiante. E é desde dentro – ou, de vez em quando, em alguma “área de fronteira” – a partir de mundos sociais e de cenários culturais que os cientistas experimentam, observam e pensam fatos ou teorias sobre o *mundo da natureza*, ele mesmo cada vez mais reclamado como um outro campo de subjetividades em uma sempre aberta comunicação com os seres humanos, como defendem filósofos e cientistas em um número crescente³. Sobre o *mundo da vida*, onde o diálogo de um encontro entre sujeitos diferentes, mas não necessariamente desiguais é, por maiores razões, ainda mais e mais reclamado. E sobre *mundos interiores e interativos da pessoa, da cultura e da sociedade*. E neste último plano da existência de uma maneira absoluta tudo o que há é o encontro entre sujeitos individuais ou coletivos, de tal maneira que a própria expressão: “objeto de pesquisa”, resulta estranha e indevida. Não é mesmo?

Enquanto em meu curso de Psicologia na universidade eu era treinado para operar experimentalmente construindo um fosso de neutralidade-objetividade entre eu e meus “objetos de pesquisa”, comecei a aprender e praticar no *Movimento de Educação de Base* um tipo de “pesquisa de realidade social” a que dávamos então o nome de estudo de área⁴. Estranha e fascinante a experiência que eu vivia então, no começo dos anos sessenta. Trabalhávamos com um semelhante rigor na escolha da amostragem e na montagem-aplicação-tabulação-análise dos questionários. Eram inventários com uma maioria de perguntas objetivas e fechadas a respeito de indicadores das “condições de vida” de grupos domésticos populares. Meu primeiro aprendizado com esta ferramenta de pesquisa foi na Ilha de Itaparica. Ao contrário dos meus cinco longos anos de estudos práticos e teóricos na PUC do Rio, em 12 dias aprendemos algo da teoria e dos procedimentos metodológicos do *estudo de área*; escolhemos uma pequena comunidade próxima ao local onde realizamos o nosso “treinamento de educadores”, fizemos uma rigorosa amostragem, construímos um modelo de questionário, realizamos uma pesquisa prévia, aplicamos os questionários, tabulamos e ordenamos dos dados e procedemos a um ensaio de “análise crítica dos dados”.

³ Um dos documentos mais críticos e mais impressionantes sobre esta questão foi escrito não por algum destes entusiastas defensores ambientalistas de uma nova interação intersubjetiva entre o homem e a natureza, entre a sociedade e o meio ambiente. Foi escrito por um dos primeiros investigadores da Escola de Frankfurt, Herbert Marcuse. Mas eu encontrei o seu texto em um outro. Em um notável estudo de Jürgen Habermas dedicado justamente a Herbert Marcuse e com a crítica a alguns de seus textos. O texto de Habermas é: *técnica e ciência enquanto ideologia*, está no volume de *Textos Escolhidos da Escola de Frankfurt* da coleção *Os Pensadores*, da editora Abril Cultural, de São Paulo. Minha edição é a de 1975. Algumas passagens em que Habermas transcreve Marcuse falando sobre um novo modelo de relações científicas homem-natureza, eu as transcrevi em meu artigo: *outros olhares, outros afetos, outras idéias: homem, saber e natureza*, entre as páginas 71 e 135 do livro ***somos as águas puras***, publicado pela Editora Papirus, de Campinas, em 1994.

⁴ Em um volume seguinte desta mesma série, com o provável nome de ***o meio grito e outras palavras sobre a pesquisa participante***, alguns textos originais sobre o *estudo de área* deverão ser apresentados e comentados por mim.

Um rigor de objetividade e um predomínio de um estilo quantitativo na pesquisa de “dados da realidade” não nos obrigava, no entanto, a uma atitude individual e coletiva de distanciamento e de forçada neutralidade. Não nos víamos diante de “objetivos de pesquisa”, mas de pessoas e de famílias de uma comunidade popular de pescadores. Uma “gente do povo” em nome e a serviço de quem nos reconhecíamos como educadores. Direta ou indiretamente eram eles os sujeitos de nossa prática e os destinatários das informações e do conhecimento que a pesquisa do *estudo de área* nos revelava.

Eram os tempos em que a experiência pioneira da primeira equipe de Paulo Freire com o *levantamento do universo vocabular* ousava abrir uma primeira porta voltada ao que anos mais tarde veio a receber nomes como *autodiagnóstico*, *pesquisa-ação*, *pesquisa participação*, *investigação-ação-participativa*.

Assim eu fui aprendendo, ao mesmo tempo, dois estilos de investigação em alguma coisa próximos, em tudo o mais, bastante desiguais.

Quantidade objetiva ou qualidade intersubjetiva: um segundo dilema

Dentro e fora da universidade, todas as pesquisas de que participei ou que fiz por conta própria, foram do começo ao fim investigações de estilo quantitativo. As pesquisas solitárias da psicologia – como o meu trabalho de conclusão de curso – obedeciam com rigor ao modelo clássico do trabalho experimental: revisão detalhada da bibliografia sobre o assunto; elaboração de um modelo experimental confiável; escolha meticulosa de um grupo experimental e outro de controle; aplicação controlada e neutra dos procedimentos metodológicos; redução dos dados a um teste estatístico de hipótese, análise sucinta e impessoal dos resultados⁵. Ainda que operando sobre algo tão sutil como a qualidade do afeto ou a construção da identidade de uma categoria de pessoas, aprendemos a acreditar que o que valia para a física valia para a biologia e para a psicologia.

Guardadas as proporções e respeitadas algumas diferenças, aprendíamos que de todo mistério da pessoa humana restava ao olhar do investigador a sua fase visível, observável objetivamente, controlável experimentalmente e redutível primeiro a números e, depois, a formulas. E de tal maneira isto era curricularmente levado a sério, que em cinco anos de curso estudávamos um ano de matemática, dois de estatística – inclusive a “estatística inferencial” dos testes de qui-quadrado e seus semelhantes – e mais dois pesados anos (anos inteiros, não semestres) de “métodos e técnicas de pesquisa”.

Um de nossos professores repetida vezes sem conta o mote: “o que não se conta não se escreve”. O que significa mais ou menos o seguinte: “tudo o que você não puder reduzir a números e a fórmulas precisas, não escreva, porque não tem valor científico algum”.

Ali se praticava com seriedade e obsessivo rigor um modo de fracionar, objetivar, experimentar, mensurar e analisar o comportamento de animais e o comportamento de seres humanos que bem cabe neste momento de reflexão de Ken Wilber, um dos cientistas da pessoa

⁵ Algo a respeito de como aprendi e realizei trabalhos experimentais desta natureza será escrito no livro 3 desta série: ***não saber, pesquisar – a pesquisa no trabalho docente***.

mais empenhados em trazer para o campo da compreensão da mente e do todo da pessoa humana, um olhar bastante mais integrativo. Um, olhar que começa por colocar em dúvida a possibilidade de que um sujeito experimentador possa compreender algo de um objeto observado ou experimentado, situado fora dele e passível de ser controlado por ele..

A Realidade Final era o que poderia ser medida, e o homem europeu iniciou a sua busca frenética.

Implícitas nessa busca havia duas outras idéias, que se soldaram na da quantidade: a Realidade era objetiva, e a Realidade poderia ser verificada. Todo o conhecimento seria reduzido a dimensões objetivas, às qualidades objetivas “primárias” do número, da posição e do movimento, ao mesmo passo que os aspectos subjetivos, as qualidades “secundárias” das emoções, dos sentidos e das intuições seriam completamente exterminadas, pois eram fundamentalmente irrealis. A “verdadeira observação”, como dali a pouco declararia Conte, “há de ser necessariamente externa ao observador”. A irritante pergunta do dualismo do sujeito e do objeto não foi respondida pela nova ciência, foi simplesmente evitada: o sujeito proclamou-se irreal⁶.

Mas não tão “irreal”. Ou pelo menos nada “irreal” em outros galhos e ramos da davam diferentes flores e outros frutos na mesma árvore da ciência ocidental. Pois eis que na sala ao lado do mesmo *Instituto de Psicologia Aplicada* da PUC do Rio de Janeiro, do qual fui “monitor” durante um ano, até quando ingressei no *Movimento de Educação de Base*, algum professor-psicanalista nos ensinava a maneira como Sigmund Freud e outros elaboravam trabalhos de não menos credibilidade. Trabalhos derivados de experiências de um outro tipo nos relacionamentos sujeito-objetividade, e no trato da questão delicada da “neutralidade-objetividade-mensuração”. Escritos que vieram a se tornar bastante mais conhecidos e polêmicos do que os artigos da psicologia experimental dualista e objetivamente.

Ali estavam pessoas que não se consideravam menos “cientistas”, e que buscavam compreender os mistérios da pessoa humana com base na escuta atenta da fala livre de seus sujeitos, e no registro cuidadoso dos sonhos, dos delírios e dos devaneios (isso mesmo) de homens e mulheres deitadas em um sofá. Não havia neste método clínico nenhum número ou teste de hipóteses que tornasse uma maneira pessoal de ser e de depor sobre si mesmo algo controlável, mensurável e, então, passível de ser analisado com confiança. E o que dizer da maneira como Jean Piaget procedia em seus notáveis estudos sobre a gênese e do desenvolvimento da inteligência, do sentido ético e de outros componentes tão complexos da pessoa humana?

As pesquisas solidárias dos *estudos de área* dos movimentos de cultura popular observavam um modelo também estatístico, já descrito aqui quando falei sumariamente sobre a experiência da Ilha de Itaparica. Mesmo quando dirigido a resolver problemas humanos e a tomar a feição de uma pesquisa aplicada dentro de um trabalho de educação popular, o *estudo de área*

⁶ Está no alto da página 29 do livro **o espectro da consciência**, editado pela Cultrix, de São Paulo, em 1997.

deveria ser praticado de acordo com parâmetros objetivos e, portanto, quantitativos. Conhecíamos à distância a existência de outros modelos de investigação. Já em 1962 traduzíamos do inglês alguns artigos de antropologia social, e alguns de deles foram importantes em nossos estudos sobre a cultura e a cultura popular. Mas um conhecimento confiável a respeito da realidade social deveria ser procurado com o rigor da objetividade do acesso e do controle dos indicadores quantificáveis desta mesma “realidade”.

Se a *cultura* era então para nós a categoria fundadora do pensamento e da ação pedagógico-política. Se ela era, entre o marxismo e a antropologia cultural, algo tão fugidio aos números e aos modelos quantitativos. Se havia toda uma tradição consolidada de investigação de “realidades sociais” com base em trabalhos de campo segundo modelos de pesquisa qualitativa da antropologia e mesmo da sociologia, como em todas as tendências derivadas do interacionalismo simbólico⁷. Então porque durante tanto tempo nos parecia mais importante quantificar que porcentagem de mulheres e de homens de uma comunidade popular acham que “alguma coisa a gente deveria fazer para mudar a nossa vida”, do que ouvir o que e como pessoas falam sobre as suas condições atuais de vida, quando podem dizer de maneira mais livre e dialógica a alguém que as ouve o que pensam e sentem, ao invés de responderem a pergunta ao estilo “sim” ou “não”? E porque não nos aventurávamos a elaborar uma compreensão do que afinal isto significa, através de uma cuidadosa análise de depoimentos pessoais vividos em situações interativas?

Um embrião desta alternativa vinha do Nordeste. Pois um dos momentos do trabalho inicial da alfabetização de adultos no mundo rural nordestino envolvia uma pesquisa solidária com os futuros alfabetizadores e os alfabetizados, levantando através de conversas livres com outras pessoas de sua comunidade o seu universo vocabular de palavras geradoras, o seu universo problemático de temas geradores. Não apenas as palavras, como em uma pesquisa de fonética, mas frases. Não somente frases soltas, mas o feixe de sentidos que elas geravam. E este material coletado pelas pessoas que mais adiante iriam retoma-lo como instrumentos de aprendizado da leitura e da escrita, era obtido em diálogos bastante pessoais e era tratado como algo que de fato traduz, mesmo quando de maneira ainda muito simples, muito sumária, o que e como se vive “aqui”. E também como as pessoas representam isto como idéias, imaginários, ideologias, visões de “si”, de “nós” e “do mundo”.

Junto com tantas e tantos outros educadores de minha geração, comecei a compreender que métodos de trabalho científico não são únicos, não são exclusivos e nem sequer são sempre os mais adequados a qualquer situação. Ou será que você olha uma bactéria, a sua vizinha de rua, a sua rua inteira e as estrelas do Cruzeiro do Sul usando o mesmo microscópio? Ou o mesmo olho-

⁷ Quero indicar aqui um livro que realiza um dos melhores inventários a respeito das vertentes interacionistas na pesquisa do cotidiano. É o trabalho de João Carlos Tedesco: **paradigmas do cotidiano**, publicado em 1999, pela EDUNISC, de Santa Cruz do Sul. Do *interacionalismo simbólico* às concepções marxistas sobre o cotidiano, João Carlos Tedesco dedica cada capítulo a uma das correntes atuais de importantes no estudo do cotidiano. Chama a atenção como alguns livros dedicados a estudos do cotidiano em contextos de educação e, de maneira especial, na escola, passem por alto correntes tão importantes como o próprio interacionalismo simbólico, e etnometodologia, a contribuição de Michel Maffesoli e, mais ainda, a de Henri Lefebvre. Todos eles e outros autores importantes estão no livro de Tedesco. Um outro conjunto de estudos de leitura inevitável sobre o mesmo assunto é o de José de Souza Martins: **a sociabilidade do homem simples**, editado pela HUCITEC, de São Paulo, em 2000.

nu? Pode até ser que isto aconteça em casos estritamente controláveis, como nas pesquisas médicas e farmacológicas cujos resultados podemos ler em qualquer bula de remédios alopáticos. Mas as dimensões da vida que vão das pessoas humanas às suas culturas e delas aos cenários sociais sobre os quais as nossas pesquisas se debruçam, são diversas o bastante para caberem dentro de um mesmo molde de busca de conhecimento.

A origem da palavra “teoria” é inocente e interessante. Ela vem do verbo grego *theorein* e queria dizer mais ou menos: “ir aos jogos ver o que acontece desde um certo lugar no estádio”. Daí, “teoria”: perceber algo do real desde uma certa posição de idéias, desde um certo lugar próprio da cultura das ciências. “Método” que dizer mais ou menos “caminho”, uma direção por onde se vai para se chegar a algum lugar previsto. Quando a teoria – o olhar com que se percebe – e o método de trabalho – a maneira como se ordena e instrumentaliza o olhar que vê para que ele olhe de forma correta o que há para ser visto – são muito restritos, corre-se o perigo de se ver demasiadamente bem uma fração muito pequena da dimensão do real (a pessoa humana, a educação brasileira, a cultura dos indígenas Tapirapé, a história do Descobrimento do Brasil, as razões da evasão escolar em São José dos Ausentes). Pior do que isso, pode-se ver tão bem e exclusivamente uma fração descolada de seu contexto, que a rigorosa explicação dos detalhes compreenda e diga muito pouco a respeito das causas e dos motivos mais abrangentes e mais profundos a respeito do que se procura ver, perceber, compreender e analisar ou interpretar.

Um dos mais importantes psicólogos humanistas de nosso tempo, Abrahan Maslow, disse uma vez que *se a única coisa que você tem é um martelo tenderá a tratar todas as coisas como pregos*⁸. Passei anos de minha vida de iniciante em pesquisas entre martelos e pregos. Aprendi aos poucos que posso carregar na caixa de ferramentas chamada “método”, alicates, chaves de fenda, trenas, furadeiras, plainas e mais outros instrumentos. Aprendi mais tarde que melhor do que bem melhor do que minhas máquinas são as minhas mãos. E quem as dirige não são as ferramentas de que me valho, mas o meu coração e a minha mente, que dão sentido à madeira que trabalho, às ferramentas e às minhas mãos.

Não foi apenas por este caminho que ano após ano as ciências humanas e sociais foram descobrindo que bem ao contrário do que pensavam os “físicos sociais”, seres humanos, grupos humanos, dilemas humanos e criações humanas não são “coisas”. Não se comportam como “coisas” e não podem ser reduzidos a lógicas operacionalistas e mecanicistas com que “coisas” são definidas cientificamente e experimentalmente investigadas. São campos complexos de interações onde a relação viva e dotada de sentido e sensibilidade vale mais do que a norma. Onde a acontecimento do cotidiano e a sua sempre presente imprevisibilidade vale mais do eu a estrutura formal do acontecer. Onde a trajetória da história social das pessoas de todos os dias vale tanto ou mais do que a história ilusória grande política de alguns homens montados a cavalo. Onde, enfim – e tal como os físicos começam a desconfiar que talvez se passe no Universo e os biólogos começam a acreditar que certamente se passa na Vida – as “coisas” humanas e sociais têm não apenas *causas*, mas provavelmente também *alma*.

⁸ Está em alguma página de *the psychology of science*. Obtive a citação de em um outro texto e sem maiores dados.

Ora, para que esta palavra não assuste, podemos dizer que seres e contextos interativos de seres humanos possuem algo mais do que a relação mecânica entre pessoas e processos relacionais reduzidos à mecânica da aparência. Algo que alguns sociólogos do passado chegaram mesmo a chamar de “espírito”. Uma dimensão múltipla e muita complexa de interioridade, de subjetividade e de intersubjetividade. Aquilo de que nem é preciso falar muito. Sim, porque cada um de nós sabe e sente “o que é” e o que entretece dentro de si e nos muitos fios de saberes, de sentidos, de significados e de sensibilidades com que a cada instante nós nos vemos envolvidos entre as tramas e as teias da urdidura disto a que damos, como uma bela metáfora, o nome de tecido social. Nada menos do que o lugar que, com muito mais do que refletem os estudos reducionistas da pessoa e da sociedade, criamos como o mundo de vida social. Um mundo misterioso e irreduzível demais para caber na análise sumária que toma a máquina como um modelo do mundo e toma a robô como modelo da pessoa humana. Por outro lado, um mundo de relações sociais injustas, desiguais e até perversas demais para poder ser apenas contemplado ou reduzido a uma elegante interpretação científica boa para congressos em Paris.

Foi assim que entre estudante de algumas e professor das mesmas e de outras universidades, eu aprendi a compreender e procurar aceitar um ponto de vista e o seu oposto. Durante anos, como disse, pratiquei a experiência de pesquisas rigorosamente quantitativas. Depois, dentro e fora do mundo da universidade, entre antropólogo e participante de trabalhos dos movimentos populares, eu aprendi a trabalhar primeiro com alternativas de pesquisa de campo fundadas na vivência interativa direta com o “outro” e na *observação participante*. Mais tarde (mas não tanto) me vi envolvido de corpo e alma com uma experiência de criação de novos saberes em que o “outro”, sujeito de *minha* investigação científica, passa a ser também um praticante direto de *nostra* pesquisa. E, juntos, diferentes e buscando reduzir o que em nós é ainda desigual, criamos e vivemos uma *pesquisa participante*.

Sabemos bem e sem receios hoje em dia, que qualquer que seja o estilo de escolha da escrita do relato de uma pesquisa, e também a teoria de fundamento de uma experiência de *trabalho de campo*, toda a investigação que envolve alguma dimensão de uma abordagem qualitativa centrada na *observação participante* representa uma notável abertura de horizontes frente a todos os procedimentos antecedentes.

Antes de qualquer outra coisa, a ousadia da escolha pessoal dos procedimentos da *observação participante* devolve a mim a confiança em mim mesmo. Descubro que eu sou objetivo sem precisar abrir mão de minha subjetividade, desde que saiba lidar com ela não como algo que deva ser mecanicamente controlado, mas como um fator a ser levado em conta como um dos componentes da própria situação de pesquisa. Como de resto, em tudo o mais na vida. Eu, uma pessoa: este instrumento afetuosamente subjetivo e, talvez por isso mesmo, o mais desafiadoramente confiável. Imperfeito e aperfeiçoável, sou para mim mesmo e no diálogo com outros uma pessoa vocacionada a fazer-se crer através do que e do como conhece quando interage consigo mesma e com os seus outros. Através de como aprende a trabalhar com seriedade e criativo rigor as suas próprias percepções. Através de como transforma vivências metodologicamente interativas em registros de fatos e de dados. Através de como aprende a lidar com teorias e a pensar também teoricamente os mistérios da vida social que procura compreender

para melhorar a sua própria maneira de estar presente, de participar e de agir junto a outras pessoas para transformar o mundo em que vivem no mundo em que sonham viver.

Se acredito que devo crer em mim mesmo e nas pessoas com quem convivo para tomar decisões, as vezes de uma tão grande importância, no correr de minha e de nossas vidas, ao longo dos dias de nosso cotidiano e ao longo dos anos (espero que muitos, espero que fecundos) da tessitura das biografias que, entretidos, tecemos, porque não deveria ser assim, pelo menos em parte, pelo menos como uma porta de entrada, no meu trabalho como um pesquisador? Como uma educadora que pesquisa?

Não mais uma suposta neutralidade artificial estabelecida arbitrariamente como um “contexto objetivo de investigação”. Não mais a mediação dos aparelhos, o recorte impessoal da escolha de uma “amostra” e o rigor dos números, como a leitura única ou a preferencial de meus “achados” sobre o outro e seu mundo constituem o meu critério de confiança científica. Também eu, minhas imagens, meu “jeito de ver-e-compreender”, minhas idéias postas em diálogo com outras, de outros; meus olhos, meus ouvidos, o meu nariz, somos todos frações de seres, seres e sujeitos sociais confiáveis.

Vimos muitas linhas acima como relação entre as pessoas é a porta de entrada do conhecimento sobre as pessoas. Em meio a afetos e idéias traduzidas e, falas e outros gestos do corpo, da voz, e do olhar, a comunicação eu-outro não é perigosa, não é desconfiável e não é uma ameaça ao saber do senso comum que nos une e torna possível vivermos em uma mesma cultura. Vivida com maturidade, ela não compromete tanto esse algo chamado de “objetividade científica”. Ao contrário, por ser o que há de mais densamente humano entre nós, ela é o próprio chão da confiança no saber e do seu correspondente conhecimento científico. Um dia alguém me contou que Maurice Merleau-Ponty teria dito algo assim: “o olho que vê o mundo é o mundo que o olho vê”. Este pode ser um ponto de vista subjetivista em exagero, com o qual alguns budistas, alguns poetas e mesmo alguns cientistas provavelmente concordem. De qualquer maneira, vimos linhas acima que entre a estrela, o telescópio e o computador existe o olho humano e às vezes até mesmo míope de um astrônomo. E quero recordar agora que é este olho, mais do que a máquina com que ele olha, quem vê e percebe o que a mente procura compreender para si mesma e, depois, busca tornar cientificamente compreensível para os outros.

A descoberta do “outro” onde antes só havia “isso”

Por muito misterioso que isto possa parecer, não é apenas de campos da filosofia humanista, da fenomenologia e de outras tendências de ciências da pessoa humana e de sua vida social que por toda a parte surgem novas concepções a respeito de uma outra postura de procura de conhecimentos através da pesquisa científica. E eu durante anos fui sendo educado na universidade a aprender com os cientistas da natureza os procedimentos corretos da experiência da investigação, fundados na oposição sujeito/objeto e em tudo o que decorre dela, de repente comecei a reaprender, com os mesmos físicos, químicos e biólogos, mais ou menos o contrário. A oposição sujeito/objeto é uma construção arbitrária de um modo entre muitos outros de praticas a ciência. O verdadeiro conhecimento científico - como, na verdade, em todos os outros planos da vida e do

pensamento – nasce bem mais de integrações do tipo: sujeito/objeto, parte/todo, objetividade/subjetividade, neutralidade/participação, do que de oposições que nos excluem daquilo de que somos parte viva e ativa, como pessoas que sentem e pensam e como cientistas que pensam e sentem. Vejam vocês esta passagem quem eu trago de um artigo de Fritjov Capra. Ele começa com a citação de um dos cientistas da natureza mais conhecidos e mais laureados, e termina com os místicos.

Na teoria quântica os “objetos” observados só podem ser entendidos em termos da interação entre os processos de preparação e de medida, e o final desta cadeia de processos está na consciência do observador humano. O elemento crucial da teoria quântica é o fato de o observador humano ser necessário, não apenas para observar as propriedades de um objeto, mas até para defini-las. Na física atômica, jamais podemos falar da natureza sem falarmos ao mesmo tempo de nós mesmos. Como disse Heisenberg⁹:

A ciência natural não se limita a descrever e explicar a natureza; é uma parte da interação entre a natureza e nós.

Na física moderna, portanto, o cientista não pode representar o papel de um observador distante, mas se envolve com o mundo que observa¹⁰. John Wheeler (1974 – the universe as a home for man – CRB) vê o envolvimento do observador como a característica mais importante da teoria quântica, tendo por isso sugerido a substituição da palavra “observador” por “participante”. Trata-se outra vez de uma idéia bem conhecida de qualquer estudioso da tradição mística. O conhecimento científico nunca pode ser alcançado pela simples observação, exigindo a plena participação de todo o ser. Por isso a noção de participante é fundamental para as tradições místicas do Oriente¹¹.

E alguns milhares de anos mais tarde, entre algumas tendências das ciências humanas, no Ocidente. Pois diante dos dilemas que as ciências da natureza enfrentavam, alguns dentre os mais importantes cientistas começaram a estabelecer, ora olhando para o infinitamente pequeno (a “desmontagem” do átomo), ora para o infinitamente grande (a arquitetura do universo) os pilares de

⁹ O trabalho de Heisenberg citado por Capra é: **physics and philosophy**, publicado em 1963 pela editora Allen & Unwin, de Londres, na página 75.

¹⁰ Notas de rodapé são aborrecidas, mas de vez em quando necessárias. Quero chamar a atenção para um detalhe. Se ele não for bem compreendido pode causar confusões. Capra fala de “física moderna”, onde Boaventura de Souza Santos falará de uma “física pós-moderna”. É que em Boaventura a “ciência moderna” é a que provem dos primórdios do século XVI, com todas as características que ele e tantos outros colocam em questão. A “ciência pós-moderna” é a que navega nas águas dos “paradigmas emergentes”. Um deles procede justamente das descobertas e teorias recentes da física quântica. Um de seus autores fundamentais é o próprio Heisenberg.

¹¹ Ver em *física moderna e misticismo oriental*, nas páginas 73 e 74 do livro: **além do ego – dimensões transpessoais em psicologia**, editado por Roger N. Walsh e Francês Vaugan, e publicado em português pela Cultrix/Pensamento, de São Paulo, em 1997

toda uma nova compreensão de todas as coisas. E, mais uma vez, ela começa por algo que nós, os que trabalhamos e buscamos conhecimentos e compreensões no campo das ciências humanas e das ciências sociais, enfrentamos também: o que fazer quando *eu sou aquilo* que desejo conhecer e interpretar? O que fazer quando *eu sou como aquilo* que desejo conhecer e interpretar? O que fazer quando *eu faço parte daquilo* que desejo compreender e interpretar? O que fazer quando *eu me recuso a tratar como um “meu objeto de conhecimento” aquilo* que eu quero conhecer e interpretar?

Retorno por um momento ao mesmo Ken Wilber que nos deixou páginas atrás, e às pessoas que ele chama a um diálogo que agora é também nosso. Eles falam da física, onde a oposição sujeito/objeto pareceu sempre ser tão mais radical e tranqüila, ao mesmo tempo, do que na pedagogia ou na antropologia social. Eles falam a partir das descobertas revolucionárias da Teoria da Relatividade e da Teoria dos Quanta. Vejamos como¹².

Mas a questão crucial residia em que o dualismo central de sujeito e objeto, de observador e evento, se revelou insustentável, e não se revelou insustentável por causa da opinião arbitrária de determinado grupo de filósofos, senão pela própria autoridade da física. Bronowski compendia os aspectos essenciais da relatividade afirmando que: “A relatividade deriva essencialmente da análise filosófica que insiste em que não há um fato e um observador, mas uma junção dos dois numa observação... que o evento e o observador não são separáveis. E Erwin Schroedinger, fundador da mecânica quântica, di-lo sem cerimônia: O sujeito e o objeto são apenas um. Não se pode dizer que a barreira entre eles caiu, em resultado da recente experiência nas ciências físicas, pois essa barreira não existe¹³.

Ora, entre os anos sessenta/setenta, um dos pensadores que mais influenciou toda uma geração de estudantes e profissionais cristão, de Betinho a Paulo Freire, passando por Leonardo Boff, Frei Betto e Marcos Arruda, não foi um físico quântico, um epistemólogo ou um cientista social. Pierre Teilhard de Chardin foi um paleontólogo, um rigoroso cientista de seu tempo, a que aqui e ali líamos também como um profeta de nosso tempo. Pois bem, anos antes de Capra, Morin, Maturana e tantos outros, ele escrevia isto:

Por uma dupla razão, que duas vezes o faz centro do Mundo, o Homem se impõe ao nosso esforço para ver, como a chave do Universo. Subjetivamente, para começar, somos inevitavelmente centro de perspectiva em relação a nós mesmos. Terá sido ingenuidade, provavelmente necessária, da Ciência nascente, imaginar que podia observar os fenômenos em si, como se eles se desenrolassem independentemente de nós mesmos. Instintivamente,

¹² As passagens abaixo estão no livro de Ken Wilber acima citado, nas páginas 33 e 34. Os grifos serão dos autores.

¹³ Ken Wilber retirou esta passagem do livro *what is Life and Mind and Matter?*, de Erwin Schroedinger, editado em 1969 pela Cambridge University Press, de Londres. Ele declara que os grifos são dele, Ken Wilber.

físicos e naturalistas operaram de início como se o seu olhar mergulhasse do alto sobre um Mundo que a sua consciência podia penetrar sem por ele ser marcada ou sem modifica-lo. Começam agora a se dar conta de que as suas mais objetivas observações estão todas impregnadas de convenções escolhidas de partida e também de formas ou hábitos de pensamento desenvolvidos no decorrer da evolução histórica da pesquisa. Tendo chegado ao ponto extremo de suas análises, eles já não sabem se a estrutura que atingiram é a essência da Matéria que estudam ou antes o reflexo de seu próprio pensamento¹⁴

Então a distinção consagrada entre sujeito e objeto, entre subjetividade de quem conhece e objetividade do como se deve conhecer na pesquisa, não é tão absoluta e nem perene, mesmo nas ciências mais neutras e objetivas? Não, ela não é. Aliás, ela provavelmente nem existe! E foi por caminhos assim, alguns bem próximos de meus campos de estudos e dos trabalhos que fazia, dentro e fora da universidade, ora por outros mais distantes e que por onde fui ensaiando a saber andar (e até hoje ando aos tateios, entre erros e acertos) que eu aprendi que a *observação participante* - que vivi em várias pesquisas científicas como um estudante e um professor de antropologia - me devolve a confiança em mim mesmo, como uma pessoa criadora de procedimentos e resultados confiáveis elaborados sob a forma de um estilo de conhecimento científico, a *pesquisa participante* alarga este desafio de confiança. E a confiança (em quem, em nome do quê, de quem, contra o quê e contra quem) é a questão essencial de todo o gesto criador de algum tipo de conhecimento. Ora, como a discussão a respeito dela tem tido uma ênfase mais metodológica e política, e como frente à desconfiança persistente da academia os seus praticantes assumem, no mais das vezes, uma aguerrida atitude defensiva, uma dimensão mais relacionalmente humana a seu respeito quase sempre fica deixada de lado.

Na verdade, um estudo atento da história da trajetória das várias ciências e, de maneira especial, das “ciências do espírito”, humanas e sociais, revelará que a oposição sujeito/objeto, com todas as suas derivadas: subjetividade/objetividade, pessoalidade interativa/neutralidade metodológica, qualidade/quantidade e outras, foi e segue sendo uma construção arbitrária e, em alguns casos autoritária mesmo. Tanto assim que em ciências sociais muito próximas, como a sociologia e a antropologia social a tendência para “um lado ou o outro” tende a ser hoje em dia bastante relativizada. Se entre antropólogos persiste uma resistência assumida à oposição metodológica e interativa sujeito/objeto e aos métodos “duros”, em que há um predomínio do “fechado”, do “dado” e do “número”, contra o predomínio etnográfico do “aberto”, do “discurso” e do “nome”, entre sociólogos cresce dia a dia a abertura a teorias, métodos e posturas tidas durante muito tempo como subjetivas, parciais, interpretativas de significados de falas, de interações, de vidas (como nas histórias de vida) e de acontecimentos, por oposição à análise de dados, de funções, de posições sociais e de estruturas regulares e formais (se é que isto existe).

¹⁴ Está na página 26 de **O Fenômeno Humano**, publicado pela Cultrix em 1995.

Como em suas origens (e até hoje, em muitos e muitos casos) o antropólogo “pesquisador de campo” trabalhava com prioridade em situações em que histórica e culturalmente a distância entre o sujeito-que-pesquisa (“eu”) e os objetos-da-pesquisa (os outros, os negros, os selvagens) era muito grande, tal imensa distância (ora vivida como entre diferentes, ora pensadas como entre desiguais) foi encurtada metodológica através da observação participante tão característica do que chamamos até hoje de “método etnográfico” (etnografia = descrição de um *ethos*, de um/uma *etno*, de um modo de ser, de um modo peculiar de vida, de uma cultura), ou “método antropológico”.

Eu mesmo, investigando rituais de negros ou a vida cotidiana de camponeses de Goiás, de Minas Gerais e de São Paulo, vivi a experiência da imersão (mais do que o simples uso) nestes métodos de trabalho e num “olhar etnográfico” ao longo de todos estes anos¹⁵. Convivi com as pessoas das comunidades pesquisadas. Em vários casos (e ao longo de vários anos) morei com elas. Trabalhei com elas, Festei entre elas, fui a seus casamentos, batizados e velórios. Comi em suas casas, perguntei sobre seus sonhos. Registrei detalhes mínimos – e, ao olhos de outros, supérfluos e desnecessários – do correr dos gestos e das falas de dias e dias da vida. Ouvi histórias e estórias, confissões e denúncias, “causos” e crenças, visões de vida e do mundo. Fotografei seus gestos do trabalho e do ritual. Gravei suas falas, seus silêncios. Compartilhei dores e alegrias. Vi, vivi, ouvi, registrei, ordenei, estudei, interpretei, escrevi. Na *introdução* de alguns livros citados aqui desço a detalhes sobre os meus procedimentos metodológicos.

Na sociologia das origens, ao contrário. O objeto-da-pesquisa era um outro-como-eu. E como era muitas vezes nula a distância relacional, foi preciso criar um distanciamento empírico, metodológico, derivados de teorias amplas e “duras” (“hard” dos americanos do Norte) e suas técnicas: a amostragem grande e rigorosa, a quantificação de dados objetivamente investigáveis, o inquérito sociológico e a entrevista estruturada (um saco!)¹⁶.

Mas em todas as vertentes sociológicas do interacionismo simbólico, assim como nas vertentes da psicologia humanista, uma interação entre subjetividades foi sempre um modo científico de trabalho tido por bastante confiável.

Quero trazer aqui, em uma longa citação literal, um depoimento de um psicólogo. Eu o li muito nos anos sessenta e aprendo com ele até hoje. Gostei de haver encontrado, tantos anos depois – pois foi em junho deste ano - um texto em que Carl Rogers fala sobre os seus pontos de vista a respeito do trabalho do investigador. Eu o trago aqui porque ele foi sempre (como Martin Buber, como Paulo Freire, como Ernani Maria Fiorii, como Humberto Maturana e como tantas e tantos de nós) um defensor radical do princípio do diálogo como o fundamento de qualquer interação humana. Qualquer uma, seja ela vivida como interação amorosa, docente, científica ou mesmo política. Como

¹⁵ Embora estejam algo distanciados do campo de interesses diretos da pessoa do educador, posso indicar alguns trabalhos meus resultantes da experiência pessoal das diferentes alternativas do “método antropológico” fundado na observação participante, nas entrevistas interativas e pessoais, nas histórias de vida. Veja-se, por exemplo: **peões, pretos e congos** (Unb/Oriente), **plantar, colher, comer** (Graal), **a festa do santo de preto** (FUNARTE/UFG), **deuses do povo** (Brasiliense), **somos as águas puras** (Papyrus), **a partilha da vida** (Cabral), **memória/sertão** (Cone Sul/Univ. de Uberaba). Mais próximo, bem mais, do interesse do educador, ver: **o trabalho de saber** (Sulina). Uma indicação mais precisa corre por conta da bibliografia, ao final.

daqui em diante estarei trazendo a palavra “diálogo” e suas conseqüências para o nosso debate acho que esta passagem vem bem a calhar. Ainda mais quando me esforço a acreditar que e o debate oscila todo o tempo entretecendo a questão da postura e da identidade *pessoal* do quem somos nós, no singular e no plural, quando somos pessoas que pesquisamos e educamos-nos-educamos-enquanto pesquisamos, com a questão de teor propriamente científico (em nome de que teorias, correntes de pensamento científico e/ou pedagógico e estilos de práticas da investigação estamos falando sobre algo e fazendo algo) e com a questão do domínio do político (em nome de que, de que projeto de vida social e de que alternativa de poder falamos, pesquisamos e criamos saberes. Bem sabemos que para teóricos e investigadores defensores de estilos mais científicistas, a dimensão *pessoal* deve ser controlado (que o sujeito-da-pesquisa se controle para saber controla o objeto-da-pesquisa), a dimensão *científica* deve ser objetivamente trabalhada e a dimensão *política* deve ser banida do contexto do trabalho da ciência, o que na opinião de outro significa assumir uma postura política através da ciência. Vamos ao Rogers, que ora de perto, ora de mais longe, foi uma das influências primeiras de Paulo Freire. Ele diz isto no último item de um artigo intitulado: *algumas reflexões referentes aos pressupostos atuais das ciências do comportamento*. O item tem este nome: *algumas mudanças possíveis nas ciências do comportamento*¹⁷.

Imagino que entre aquelas e aqueles que como nós acreditam que o *diálogo* é não um instrumento de trabalho, mas a finalidade do aprendizado da comunicação entre pessoas, a questão da desigualdade em qualquer pressuposto do diálogo é o grande problema. Avançamos muito – e tudo ainda é apenas o começo – quando substituímos a desigualdade pela diferença como um valor de qualificação que substitui na educação e deveria substituir em tudo o mais, escalas de posições hierárquicas entre desiguais, por círculos de escolhas e de situações entre diferentes. Leiamos juntos.

Encerrarei aqui meus comentários. Pode parecer que as afirmações que fiz sobre o conhecimento e a ciência, e sobre as ciências do comportamento em particular, acrescentem muito pouco às nossas concepções atuais. Contudo, gostaria de mencionar alguns dos resultados que tal visão da ciência pode ter, especialmente se transmitida a nossos estudantes universitários e às pessoas mais jovens da área.

*1. Tentaria abolir o temor da especulação subjetiva criadora. Ao conversar com estudantes de Psicologia, percebo que este temor é muito profundo*¹⁸. Ele os afasta

¹⁶ Melhor do que aqui isto está exposto entre as páginas 82 e 84 do livro: ***a crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência***, do mesmo Boaventura de Sousa Santos. Será agora com também as idéias deste livro que ele continuará nos acompanhando daqui em diante.

¹⁷ A passagem transcrita aqui está entre as páginas 68 e 69 de: ***o homem e a ciência do homem***, originalmente publicado em 1968, sob coordenação do próprio Rogers e de William R. Coulson. Muitos anos se passaram desde então, mas o fato de que o livro tenha sido justamente editado pela primeira vez em 1968 (o terrível ano-chave da “década que não acabou”), bem justifica que o traga aqui agora. Em português ele foi editado pela Interlivros de Minas Gerais em 1973.

¹⁸ eu havia me formado em psicologia em dezembro de 1965, iniciava a minha carreira como professor primeiro em Brasília e, depois, em Goiânia, lecionando Filosofia da Educação e Psicologia Social. Com os meus alunos de Goiânia comecei a viver as primeiras experiências de pesquisas no trabalho docente. Tendo sido treinado em métodos experimentais rigorosos, como já narrei aqui, e como estava em viagem de passagem de um modelo a outro, lendo com meus alunos da Universidade Federal de Goiás estudos de antropólogos da “linha de cultura e personalidade”, vivia de

de qualquer descoberta importante. Ficariam chocados com os escritos de Kepler em sua busca mística e fantasiosa de semelhanças e padrões na natureza; não são capazes de reconhecer que, freqüentemente, é desta especulação fantástica que surge a verdadeira ciência. Como diz Bronowski: “as analogias pelas quais Kepler tentou ouvir o movimento dos planetas e a música das esferas são, para nós, forçadas, Mas serão elas mais artificiais do que o fantástico vôo de imaginação através do qual Rutherford e Bohr encontraram um modelo para o átomo, dentre todos os lugares possíveis, no sistema planetário?” (1956, pp. 22-23)¹⁹. Estamos desesperadamente necessitados de um curso sobre “como cuidar e nutrir idéias recém-nascidas”. Em nosso desejo de ser rigorosos, muito freqüentemente estrangulamos a idéia recém-nascida, ao invés de criar condições para seu crescimento e desenvolvimento.

2. Colocaria ênfase no comprometimento disciplinado, no comprometimento **peçoal** disciplinado, não na metodologia. Seria uma ênfase muito saudável às ciências do comportamento se pudéssemos admitir que o descobrimento e a criação de novos conhecimentos resultam da dedicação pessoal do indivíduo disciplinado e de mente aberta à sua pesquisa. Nenhum artifício de laboratório ou método estatístico pode fazer isto.

3. Acabaria com muitos “deves” na seleção de hipóteses. Por exemplo, está profundamente inculcado na maioria dos cientistas do comportamento que “devemos” nos preocupar apenas com os fatores observáveis no comportamento. Até recentemente, isto tendeu a inibir o trabalho relacionado com sonhos, fantasias, com o pensamento criativo. (Na pedagogia durante muito tempo isto foi pior ainda – CRB). Isto fez da maioria dos psicólogos, cientistas de pequeno calibre, ocupados apenas com os mais simples problemas da ciência do homem.

4. Deixaria o campo livre ao pensamento fenomenológico, na ciência do comportamento, ao nosso esforço para compreender o homem, e talvez mesmo os animais a partir de dentro. Reconheceria que nenhum tipo de hipótese tem qualquer virtude especial para a ciência, salvo apenas em seu relacionamento com o padrão significativo que exista no universo. Desta forma, uma hipótese baseada na fenomenologia teria um lugar nas ciências do comportamento, tal como uma hipótese baseada na química, na genética ou no comportamento. Desenvolveríamos uma ciência mais ampla.

5. Acabaria com aquelas hipóteses que são escolhidas apenas porque existem meios de medir as variáveis envolvidas.

maneira intensa os temores e as divisões lembradas e sugeridas por Rogers aqui. Foram duros tempos fecundos e hoje os lembro com ternura e saudade.

¹⁹ O livro de Bronowski mencionado por Rogers é: **science and human values**, editado pela Harper Torchbooks de Nova York, em 1956. Tantos anos depois, ainda não o conheço.

6. Colocaria em seu devido lugar a maquinaria da comprovação, a maquinaria da verificação empírica de hipóteses. O método não ocuparia o lugar tão central como núcleo da ciência do comportamento.

7. Colocaria ênfase na intenção e não apenas da significância estatística segundo critérios rigorosos.

8. De um modo mais geral, se a imagem da ciência que tentei sugerir tivesse uma aceitação global em nosso campo, daria uma nova dignidade à ciência do homem e ao cientista que se dedica a este estudo. Não permitiria que se esquecesse que o cientista é um ser humano, fazendo-nos reconhecer que a ciência é, nada mais, do que o prolongamento de seres humanos dedicados.

9. E, talvez, mais importante do que tudo o que foi dito, conservaria o objeto das investigações das ciências do comportamento considerado como um ser humano com sua subjetividade, e não meramente uma máquina, não simplesmente como um objeto ou uma seqüência determinada de causa e efeito. Não teríamos receio de encarar o homem como um ser humano real (nas palavras de Kierkegaard) com mais para a sua vida do que pode ser condensado em um modelo mecânico. Receio que, a menos que possamos caminhar nesta direção, as ciências do comportamento tenham condições de virem a se tornar uma ameaça maior e mais devastadora para a sociedade do que foram as ciências físicas.

Um pouco adiante e na mesma década outras pessoas estarão levando este programa de atitudes científicas e humanistas a um ponto ainda mais extremo. Vejamos bem. De um lado há todo um crescente e envolvente processo de recriação de antigas e de criação de novas formas de integração, de interação e de abertura à indeterminação (a busca de múltiplos significados onde havia antes a procura de leis únicas, inflexíveis), que venham a superar as dicotomias do pensamento, sobretudo ocidental, que até um certo momento fizeram avançar muito todos os campos do conhecimento científico, mas que de agora em diante são a própria barreira ao seu avanço e à sua urgente humanização.

Carl Rogers une-se a muitas outras pessoas do mundo das ciências para exigir uma ciência fundada na confiança essencial em nós mesmos e, não, no deslocamento dela para métodos e máquinas que supram o que a nossa mente, os nossos desejos e as nossas motivações não conseguem realizar. Do físico quântico em Boston à professora-pesquisadora em Gravataí, investigamos uma “realidade” com o todo de nós mesmos. Não somos máquinas pensantes que se servem de máquinas mecânicas ou eletrônicas e não devemos toma-las como o modelo de como devemos proceder. Ao contrário, usamos máquinas e números para estabelecer no diálogo conosco, com nossos outros e com a vida, graus de confiança em um conhecimento que é fruto de nossa imaginação, de nosso pensamento criativo, de nossa fantasia científica e de nossas ousadias em ultrapassar fronteiras, derrubar cercas e ousar o novo e o inusitado.

De outro lado há todo um também envolvente e crescente processo de maturidade cidadã no mundo da ciência. No mundo das ciências e, mais ainda, nas áreas de tangência entre elas e a educação e outras práticas sociais. Práticas que são os nossos ofícios e a nossa escolha

pedagógico-política, destinadas a realizar, a partir também das grandes e das pequenas descobertas científicas, o desenvolvimento sustentável de economias subordinadas não aos desejos delirantes do capital, mas a uma ecologia profundamente humanizadora; a liberdade, a justiça e a harmonia entre grupos sociais, nações e povos; e - afinal - a partilha não-excludente da felicidade entre as pessoas,

Sabemos agora que somos apenas o “um lado” (o dos sujeitos) de um todo, em todos os planos da sociedade, da vida e do universo. “Um lado” cujo o “outro lado” não é o dos “objetos” passíveis de serem arbitrariamente “objetivados” pelo e para o nosso conhecimento. Mas o múltiplo e complexo lado de outros sujeitos que nos desafiam a aprender a substituir a manipulação pela comunicação, o controle-do-outro pela interação-com-o-outro, e a transferência de informações entre pessoas desiguais, pela troca de conhecimentos entre pessoas diferentes.

Quando penso sobre isto e revejo os meus próprios passos, tendo a acreditar que estamos vivendo agora uma passagem que sintetizo assim, falando apenas sobre aquilo que nos motiva mais perto neste diálogo:

1º passo – uma nova relação da pessoa-que-conhece com ela própria.

Tenho insistido aqui que a adoção de alternativas qualitativas, de métodos fundados em escolhas intersubjetivas, de processos de pesquisa científica fundados na interação entre sujeitos, de que a *observação participante* é um bom espelho, não são o resultado acadêmico de inovações epistemológicas, ligadas apenas a inovações nas teorias e metodologias do conhecimento. É bem mais do que isto. É o resultado de uma extraordinária convergência de pontos de vista sobre afinal quem somos nós, seres humanos. Quem somos e como pensamos, sentimos, nos relacionamos e vivemos. É toda uma imensa questão existencial e não apenas científica, vivencial e relacional, e não apenas teórica e metodológica.

Não é um novo método fenomenológico, qualitativo, interativo-subjetivante o que está diante de nós. É uma outra compreensão a respeito de nós mesmos como seres da vida e como sujeitos do conhecimento, o que torna afinal possível a emergência de outros métodos e outras ferramentas de trabalho científico e pedagógico. Somos, quero lembrar uma vez mais, pessoas e pensadores confiáveis, não porque sonhamos, imaginamos, devaneamos, pensamos, dialogamos, transgredimos e ultrapassamos limites. Somos confiáveis, podemos acreditar não apenas em nossas mentes racionais, mas no todo sensiente-pensante de nós mesmos, porque sentimos e pensamos, imaginamos e devaneamos, saltamos fronteiras, desconfiamos dos saberes consagrados (“tudo o que é sólido desmancha no ar”), dialogamos e transgredimos.

Todo o conhecimento objetivo é um saber que passa objetivamente em e através de uma subjetividade. Toda a neutralidade da ciência vive dentro do desejo de ser verdadeiro em uma pessoa, mais do que num artifício de método interposto entre ela e o-que-ela-conhece-objetivamente. Um método científico é uma seta entre outras apontando um caminho entre outros. As técnicas de pesquisa e os procedimentos experimentais são o calçado que eu uso e o bastão que eu carrego ao caminha. Mas quem caminha pelo conhecimento sou eu, uma pessoa, e o caminho por eu vou, bem sei, não é nunca único. Há em qualquer domínio do real dimensões e conexões entre partes constitutivas e entre elas e o todo que as constitui sempre muito mais densas e mais

profundas do que a “objetividade dos dados” pode alcançar. E o que ela não alcança é justamente aquilo que a minha séria e dedicada (nos termos de Rogers) imaginação deve ousar compreender.

2°. *passo*: uma nova relação entre pessoas que conhecem.

Se vocês não me exigirem a indicação da referência completa, posso lembrar que um dia vi um dia escrita em algum lugar esta frase atribuída a Jean Piaget (espero que seja dele): “eu não acredito em pesquisa solitária; eu acredito em pesquisa solidária”. O que remete a uma frase de música de Milton Nascimento, da qual também não tenho indicações precisas, creiam. Ele diz assim: “o solitário não gosta da solidão”.

Fui treinado em estilos de pesquisa muito rigorosos, como narrei aqui, e muito solitários. Cada um de nós na sua “experiência de pesquisa” por conta própria. De um lado eu e meu orientador (quando havia um); de outro, os meus objetos de pesquisa. Quando trabalhávamos em equipes elas eram ou arranjos de pesquisadores solidários dentro de um amplo projeto com alguns temas e momentos comuns, ou grupos bem hierarquizados de investigadores. Um pouco mais adiante, e mais nos movimentos de cultura popular do que no âmbito da universidade, comecei a aprender a conviver com equipes onde as desigualdades objetivas de posições iam sendo substituídas por diferenças interativas de vocações. Estávamos ainda meio longe da *pesquisa participante*, mas já a caminho dela. Mesmo quando havia (e quase sempre havia) um alguém mais qualificado, a figura de um “círculo de cultura” entre educadores-investigadores era nossa melhor fotografia. Começamos a constituir pequenas ou médias equipes de pessoas devotadas aos mesmos propósitos. Dissolvíamos as desigualdades de conhecimento e trabalhávamos buscando um máximo de “escuta do outro”, quemquer que ele fosse. Dividíamos tarefas, mas procurávamos respeitar o princípio de que os momentos e as questões essenciais fossem partilhados por todas e todos da equipe.

Entre a *dinâmica de grupo* trazida a nós por educadores como Lauro de Oliveira Lima e os *círculos de cultura* de Paulo Freire, começamos a estabelecer entre nós unidades de aprendizagem solidária e de co-criação de conhecimentos que um pouco mais tarde estenderíamos aos limites de um “outro ampliado” através da *pesquisa participante*. O princípio desta passagem da pesquisa solitária ou de grupos hierarquizados para a pesquisa solidária da equipe entre diferentes vocações pessoais frente aos objetivos comuns, era uma espécie de extensão das idéias sugeridas por Rogers, linhas acima.

Vivíamos então o alvorecer e vivemos agora a manhã do tempo em que entre a física e a filosofia se descobre que a ciência está passando de ser uma experiência objetivamente controlável e analítica em busca de regularidades únicas e leis definitivas, para uma aventura motivada e multi-cênica do espírito humano em busca de múltiplos significados de compreensão das interações e integrações de campos interconectados do real. Entre marxistas, humanistas cristãos e fenomenólogos, aprendemos a desconfiar de ciências únicas, de teorias únicas e de versões únicas (ou as mais verdadeiras) dentro de uma teoria. Continuamos desconfiando, e agora com mais razões.

Principalmente no caso das ciências humanas e sociais, tudo o que temos a colocar à volta da mesa de um diálogo inacabável, são “leituras-de-leituras” de frações menores ou maiores de alguma dimensão do “todo do real”. Mesmo diante dos mesmos dados objetivos de uma quantificação bem realizada a respeito de um tema bastante restrito, como: “a relação entre nível econômico da família e o rendimento de meninas e meninos de 5ª a 8ª série nas escolas da rede pública municipal de Esteio”, várias leituras e várias interpretações pessoais ou de grupos de pessoas de uma mesma equipe de educadoras são possíveis. Possíveis e desejáveis. Seja devido à uma escolha pessoal de uma teoria pedagógica ou de antropologia social, seja (e sempre é) por causa de uma maneira individualizada de se compreender e interpretar o que “se lê do real”, o que temos para viver como conhecimento científico em qualquer campo do saber são visões, interpretações, compreensões, atribuições pessoais/coletivas de significados.

E o que torna interessante viver uma pesquisa e partilha-la com outras, é a diferença nelas e entre elas. Diferença que pode mesmo ser a divergência de pontos de vista e de posições de leitura crítica, mesmo quando haja um enorme desejo de se chegar a “pontos e conclusões comuns”. Se estas idéias são confiáveis, pelo menos como um ponto de partida, então a experiência do trabalho científico através de equipes solidárias de criação partilhada do conhecimento tenderá cada vez menos uma exceção. E isto vale até mesmo para os cenários mais acadêmicos. No Brasil e em outros países as instituições financiadoras de projetos de pesquisa cada vez mais privilegiam os “projetos integrados”, as “pesquisas temáticas” onde equipes de pessoas com vários níveis acadêmicos partilham um diferenciado trabalho comum de investigação. Alguns exemplos deste livro envolvem trabalhos de que participei e que foram realizados por equipes de pesquisa solidária. Elas realizam uma experiência bem mais próxima do que estarei chamando neste livro de *participação pesquisante*, do que de formas assumidas e completas de algum estilo de *pesquisa participante*. Em alguns momentos esperam que vocês vejam como estarei defendendo o fato de que cada modalidade de *prática de criação partilhada de conhecimentos através da pesquisa no trabalho docente* realiza uma dimensão de trabalho ao mesmo tempo científico e pedagógico com um valor em si mesmo. Não acredito que o modelo mais acabado e mais conseqüente, desde um ponto de vista político, seja a *pesquisa participante*, e todas as outras alternativas são formas mais imperfeitas ou de menor valor em um trabalho, mesmo um trabalho de educação popular.

O que nos leva ao terceiro passo.

3°. *passo*: uma nova relação entre pessoas que conhecem, pessoas através de quem conhecem o que conhecem e a realidade que umas e outras aprendem a conhecer e reconhecer .

Este bem poderia ser um outro nome, mais descritivo e complicado para aquilo a que temos chamado aqui e ali de: *autodidático*, *pesquisa participante*, *pesquisa-ação*, *investigação-ação-participativa*, *pesquisa-ação-participante*.

Na minha experiência do passado e de agora, este foi e tem sido o passo mais difícil, o de maiores certezas e de melhores dúvidas. Comentei linhas acima como a *pesquisa participante* nasce do reconhecimento de um absurdo. Ora, porque não quebrar de uma vez (mas com toda a cautela do saber científico) a barreira que separa a pessoa e/ou a equipe erudita de pesquisadores de uma realidade social e as pessoas e grupos humanos que vivem e criam com as suas interações

sociais esta realidade a ser conhecida? Porque não chegar a esta última ruptura com a oposição sujeito-objeto na pesquisa social, se até mesmo os físicos se descobrem uma subjetividade por detrás dos aparelhos e se abrem a um diálogo em direção a uma crescente intercomunicação entre subjetividades diferentes em busca da comunicação possível, com as estrelas, os planetas e a ordem cósmica do universo? Se entre os investigadores da natureza cada vez mais se chega ao ponto em que há um reconhecimento de que daqui em diante os caminhos das ciências são transdisciplinares e abertos a múltiplas interpretações e diferentes teorias postas em diálogo? Se, como vimos e veremos ainda, entre grandes físicos, físico-químicos, químicos e biólogos cresce a consciência de que a ciência oficial do Ocidente tem muito mais a ganhar do que a perder em um diálogo aberto e humilde com as místicas do Oriente, com as artes de todo o mundo e com as tradições populares? Com aquilo que adiante Boaventura de Souza Santos estará chamando de “senso comum” Com aqui que você que me lê agora sente e pensa quando lê e pensa o que lê com a pessoa inteira que você é e, não, apenas com a sua “face” ou o seu “lado” de educadora.

E aqui temos também uma razão que não se espante da ser francamente política. De que neutralidade se alimenta o Doutor em Física que vende o saber aprendido na universidade a uma grande empresa de armamentos?²⁰ Se campos do conhecimento direta e motivadamente dirigidos à morte e à destruição são reputados como lugares cientificamente confiáveis, porque até por conta dos riscos que ali se vive, ramos da ciência e da tecnologia operam com um máximo de rigor e de objetividade, em nome do que condenar como algo precário de um ponto de vista operacional ou teórico um modelo de pesquisa que procura trazer para o lado do sujeito-em-diálogo o “outro” até aqui passivo e tomado como “objeto de pesquisa” a respeito de sua realidade social? Que Paulo Freire dialogue sobre isto conosco, uma vez mais.

²⁰ O número de cientistas e tecnólogos de alto nível trabalhando em indústrias direta ou indiretamente produtoras de armamentos (inclusive os de uma guerra biológica e/ou nuclear) é muito grande, sobretudo nos EUA. Em alguns campos, segundo denúncias de ONGs pacifistas, chega a um em casa três pessoas formadas pela universidade. Mesmo após a queda do Muro de Berlim esta indústria perversa somente cresce e não há sinal algum de que venha a ser desacelerada a curto ou médio prazo.

Bibliografia

Brandão, Carlos Rodrigues
A partilha da vida
1995, Editora Cabral, Taubaté

Brandão, Carlos Rodrigues
O trabalho de saber
1999, Editora Sulina, Porto Alegre

Brandão, Carlos Rodrigues
Memória/sertão
1998, Cone Sul/Ed da Univ. de Uberaba, São Paulo

Brandão, Carlos Rodrigues e Fals Borda, Orlando
Investigación Participativa
In: Cetrulo, Ricardo (org)
1986, Instituto Del Hombre/Ediciones de la Banda Oriental

Bronowski
Science and human values
1985, Harper Torchbooks, N. York

Brotto, Fábio Otuzzi
Jogos cooperativos – o jogo e o esporte como um estado de consciência
2001, Projeto Cooperação, Santos

Capra, Fritof
Física moderna e misticismo oriental
Walsh, Roger e Vangan, Frances (orgs)
Além do Ego
1997, Cultrix/Pensamento, São Paulo

Diocese de Goiás
Condições de vida e situação do povo de Goiás
(oito cadernos de pesquisa)
S/d, Diocese de Goiás/Universidade Católica de Goiás, Goiânia

Freire, Paulo
Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazer-la melhor através da ação
Brandão, Carlos Rodrigues (org)

Pesquisa Participante

1981, Brasiliense, São Paulo

Habermas, Jurgen

Técnica e ciência enquanto ideologia

Coleção Os Pensadores

1975, Editora Abril, São Paulo

Martins, José de Souza

A sociabilidade do homem simples

2000, HUCITEC, São Paulo

Rogers, Carl

Algumas reflexões referentes aos pressupostos atuais das ciências do comportamento

Rogers, Carl e William Coulson (orgs)

O homem e as ciências do homem

1973, Interlivros, Belo Horizonte

Santos, Boaventura de Souza

Um discurso sobre a ciência

2001, Editora Afrontamento, Porto

Santos, Boaventura de Souza

A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência

Volume I

2001, Cortez Editora, São Paulo

Schoroediger, Erwin

What is life, and mind and matter?

1999, Cambridge Univ. Press, Cambridge

Tedesco, João Carlos

Paradigmas do cotidiano

1999, EDUMISC, Santa Cruz do Sul

Teilhard de Chardin, Pierre

Le Phénomène Humain

1955, Éditions du Seuil, Paris

em português:

O Fenômeno humano

Edição organizada por José Luis Archanjo

1995, Ed. Cultrix, São Paulo

Wilber, Ken

O espectro da consciência

1997, Cultrix, São Paulo

Campinas

inverno de 2002